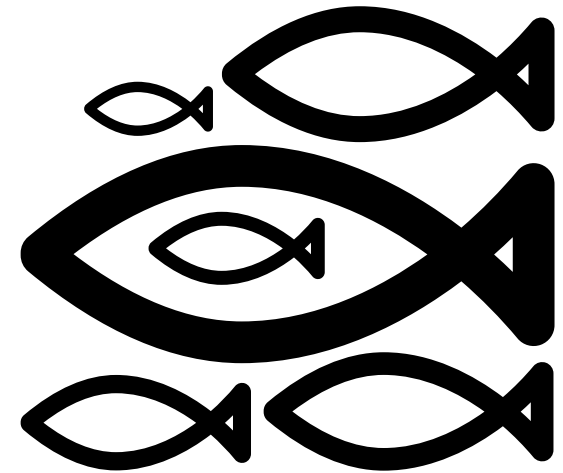




emmanuel carrère



o reino

TRADUÇÃO DE
ANA CARDOSO PIRES

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X X I

© 2021, Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152
1.º andar, escritório 10
1750-155 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título original: *Le royaume*
© 2014, Emmanuel Carrère

Título: *O Reino*
Autor: Emmanuel Carrère
Tradução: Ana Cardoso Pires
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Abril de 2021
ISBN 978-989-671-543-4
Depósito Legal n.º 481324/21

ÍNDICE

PRÓLOGO
(Paris, 2011)

7

I
UMA CRISE
(Paris, 1990-1993)

23

II
PAULO
(Grécia, 50-58)

101

III
A INVESTIGAÇÃO
(Judeia, 58-60)

205

IV
LUCAS
(Roma, 60-90)

299

EPÍLOGO
(Roma, 90 – Paris, 2014)

409

PRÓLOGO
Paris, 2011

Naquela Primavera, colaborei no guião de uma série televisiva. Aqui fica o argumento: uma noite, numa vila na montanha, há mortos que regressam. Não se sabe porquê, nem o motivo de serem aqueles mortos e não outros. Eles próprios não sabem que morreram. Descobrem-no ao ver o olhar apavorado daqueles que amam, que os amavam, junto dos quais gostariam de retomar o seu lugar. Não são *zombies*, não são fantasmas, não são vampiros. Não se pretende fazer cinema fantástico, mas de realidade. A questão coloca-se seriamente: supondo que esta coisa impossível acontece *de facto*, o que sucederia? Se ao entrar na cozinha encontrasse a sua filha adolescente, que morreu três anos antes, a preparar uma tigela de cereais, com medo de ouvir ralar porque voltou tarde para casa, sem nenhuma memória do que se passou na noite anterior, como reagiria? Concretamente: que gestos faria? Que palavras diria?

Há muito que não escrevo ficção, mas sei reconhecer uma matéria ficcional poderosa quando me é proposta, e esta foi de longe a mais poderosa que me foi apresentada na minha carreira de guionista. Durante quatro meses, trabalhei com o realizador Fabrice Gobert, todos os dias, de manhã à noite, com um misto de entusiasmo e, frequentemente, de enorme espanto perante as situações que criávamos e os sentimentos que manipulávamos. Depois, no que me diz respeito, as coisas deram para o torto com os nossos financiadores. Sou quase vinte anos mais velho do que o Fabrice, suportava menos bem do que ele estar constantemente a ser examinado por uns jovenzinhos com barba de três dias que tinham idade para serem meus filhos e punham um ar de enfado em relação ao que nós escrevíamos. Sentia-me muito tentado a dizer-lhes: «Malta, se sabem tão bem como deve ser feito, façam-no vocês.» Não aguentei. Contra os sábios conselhos da Hélène, a minha mulher, e do François, o meu agente, esqueci a humildade e bati com a porta a meio da primeira temporada.

Só comecei a lastimar a minha atitude alguns meses depois, mais precisamente num jantar em que juntei o Fabrice com o director de fotografia Patrick Blossier, que tinha feito a imagem do meu filme *O Bigode*. Tinha a certeza de que seria o homem ideal para fazer a do *Les Revenants*, certo de que ele e o Fabrice se iriam entender lindamente — que foi o que aconteceu. Mas ao ouvi-los, naquela noite, à mesa da cozinha, a falar sobre a série em gestação, sobre aquelas histórias que tínhamos imaginado a dois no meu escritório e que já iam na escolha dos cenários, dos actores, dos técnicos, sentia quase fisicamente pôr-se em movimento a enorme e excitante máquina que é uma rodamem; e pensei que devia estar a participar naquela aventura, que não estava por minha culpa, e comecei de repente a ficar triste, tão triste como aquele tipo, o Pete Best, durante dois anos o baterista de uma pequena banda de Liverpool chamada Beatles, que largou mesmo antes de terem conseguido o seu primeiro contrato, e que deve ter passado o resto da vida, imagino, a roer os dedos. (*Les Revenants* foi um sucesso mundial e, no momento em que escrevo isto, acaba de receber o International Emmy Award para melhor série do mundo*.)

Bebi demasiado durante esse jantar. A experiência ensinou-me que é melhor não falar muito sobre o que se está a escrever até ter mesmo terminado, especialmente quando se está bêbado: essas confidências exaltadas pagam-se sempre com uma semana de desalento. Mas naquela noite, provavelmente para combater a minha frustração e mostrar que, também eu, estava a fazer algo interessante, falei ao Fabrice e ao Patrick do livro sobre os primeiros cristãos em que andava a trabalhar há vários anos. Tinha-o posto de lado para me dedicar a *Les Revenants* e tinha começado agora a pegar-lhe outra vez. Apresentei-o como se fosse uma série.

A cena passa-se em Corinto, na Grécia, por volta de 50 d.C. — mas claro que ninguém suspeita que está a viver «depois de Cristo». No iní-

* Ganhou este Emmy em 2013, na categoria de Série Dramática; o Globe de Cristal 2013, para Melhor Série Televisiva; o Peabody 2014, em cinco categorias; o prémio da Association des Critiques de Séries 2016, para Melhor Realização. Esteve nomeado para muitos outros prémios internacionais. Foram feitos dezasseis episódios. (N. da t.)

cio, aparece um pregador itinerante que abre uma modesta oficina de tecelagem. Sem largar o seu trabalho, aquele a que mais tarde chamaremos São Paulo urde a sua teia e, pessoa a pessoa, estende-a por toda a cidade. Careca, barbudo, assolado por súbitos ataques de uma doença misteriosa, conta, numa voz baixa e insinuante, a história de um profeta crucificado vinte anos antes na Judeia. Diz ele que esse profeta regressou de entre os mortos e que esse regresso é o prenúncio de algo transcendental: uma mutação da humanidade, simultaneamente radical e invisível. Dá-se o contágio. Os adeptos da estranha crença que se espalha à volta de Paulo, nas zonas deserdadas de Corinto, começam em breve a ver-se a si próprios como mutantes: disfarçados de amigos, de vizinhos, indetectáveis.

Os olhos do Fabrice brilham:

— Contado assim, parece coisa do Dick!

O romancista de ficção científica Philip K. Dick foi uma referência de destaque durante o nosso trabalho de escrita. Sentindo o meu público cativado, prossigo: sim, parece do Dick, e esta história dos primórdios do cristianismo levanta também a mesma questão de *Les Revenants*. São os dias derradeiros que os seguidores de Paulo estavam convencidos de ir viver, em que os mortos ressuscitam, como se conta em *Les Revenants*, e o julgamento do mundo se consuma. É a comunidade de párias e de eleitos que se forma em torno desse evento avassalador: uma ressurreição. É a história de algo impossível e que, contudo, acontece. Empolgo-me, bebo um copo atrás do outro, insisto em servir também os meus convidados, e é então que Patrick diz algo perfeitamente banal, mas que me impressiona, porque se percebe que aquilo lhe veio à ideia inopinadamente, que ele não tinha pensado nisso e que fazê-lo agora o deixa espantado.

O que ele diz é que é uma coisa estranha, se pensarmos bem, pessoas normais e inteligentes acreditarem em algo tão disparatado como a religião cristã, de um tipo tão idêntico à mitologia grega ou aos contos de fadas. Nos tempos antigos, admitia-se: as pessoas eram crédulas e a ciência não existia. Mas hoje! Uma pessoa que hoje acreditasse em histórias de deuses que se transformam em cisnes para seduzir mortais,

ou princesas que beijam sapos que com isso se transformam em príncipes encantados... todos diriam: está louca. Ora, há um monte de pessoas que acreditam numa história igualmente delirante e não passam por loucas. Mesmo quem não partilha a sua crença, leva-as a sério. Têm um papel social, menos importante do que no passado, mas que é respeitado e geralmente considerado bastante positivo. Essa sua fantasia coexiste com actividades perfeitamente sensatas. Os presidentes da República visitam o seu dirigente máximo com deferência. É um bocado estranho, não é?

2

É estranho, sim, e Nietzsche, de quem leio algumas páginas todas as manhãs, no café, depois de levar a Jeanne à escola, expressa nestes termos o mesmo espanto de Patrick Blossier:

Quando, numa manhã de domingo, ouvimos zunir os velhos sinos, perguntamos a nós próprios: como é isto possível? Isto diz respeito a um judeu, crucificado há dois milénios, que dizia que era filho de Deus! Falta a prova para uma tal afirmação. Certamente, a religião cristã é, nos nossos tempos, uma antiguidade proveniente de um longínquo passado, e o facto de se acreditar naquela afirmação — enquanto que, de outro modo, se é tão rigoroso na averiguação das reivindicações — talvez seja a peça mais antiga dessa herança. Um Deus que gera filhos com uma mulher mortal; um sábio que exorta a não trabalhar mais, a não julgar mais, mas a dar atenção aos sinais do iminente fim do mundo; uma justiça que aceita o inocente como vítima substituta; alguém que manda os seus discípulos beber o seu sangue; orações pedindo intervenções milagrosas; pecados praticados contra um Deus e expiados por um Deus; medo de um além, para o qual a morte é a porta; a forma da cruz como símbolo, no meio de uma época que já não conhece a finalidade e a ignomínia da cruz — que vento horripilante nos vem de tudo isto, como que saído do túmulo de um antepassado antiquíssimo! Quem havia de crer que ainda se crê numa coisa assim?*

* Friedrich Nietzsche, *Humano, Demasiado Humano*, Círculo de Leitores, col. «Obras Escolhidas de Nietzsche», 1996; tradução de Paulo Osório de Castro. (N. da t.)

No entanto, acreditamos. Muitas pessoas acreditam nisso. Quando vão à igreja, recitam o *Credo*, em que cada frase é um insulto ao senso comum, e recitam-no numa língua que deveriam entender. O meu pai, que me levava à missa aos domingos, quando eu era pequeno, lamentava que já não fosse em latim, por passadismo mas também porque — e lembro-me da sua frase — «em latim, não dava para perceber toda a parvoíce». Podemos dar um desconto e dizer: eles não acreditam naquilo. É como o Pai Natal. Faz parte de uma herança, de belos costumes seculares aos quais estão agarrados. Ao perpetuá-los, manifestam um vínculo, de que nos devemos orgulhar, à mentalidade que produziu as catedrais e a música de Bach. Resmoneiam aquilo porque é o costume, tal como os intelectualóides como nós, para quem a aula de ioga ao domingo de manhã substituiu a missa, ruminam um mantra, seguindo o nosso mestre, antes de passar à prática. No entanto, nesse mantra, desejamos que as chuvas caiam num dado local e que todos os homens vivam em paz, o que remete para um voto piedoso, mas que não ofende a razão, fazendo assim uma diferença considerável em relação ao cristianismo.

Apesar de tudo, entre os fiéis, ao lado dos que se deixam embalar pela música sem se importarem com as palavras, deve haver alguns que as pronunciam com convicção, com conhecimento de causa, depois de terem reflectido sobre elas. Se lhes perguntarmos, vão dizer que acreditam *realmente* que um judeu nasceu há dois mil anos de uma virgem, ressuscitou três dias depois de ser crucificado e vai voltar para julgar os vivos e os mortos. Vão dizer que esses acontecimentos são centrais para as suas vidas.

Sim, é francamente bizarro.

3

Quando abordo um assunto, gosto de lhe pegar com garra. Tinha começado a escrever sobre as primeiras comunidades cristãs quando me surgiu a ideia de fazer, a par disso, uma reportagem sobre aquilo em que se transformou a sua crença dois mil anos depois; para isso, inscrevi-me

num desses cruzeiros «No trilho de São Paulo», organizados por agências especializadas em turismo religioso.

Os pais da minha primeira mulher sonhavam fazer isso, tal como ir a Lourdes; mas a Lourdes foram várias vezes, enquanto o cruzeiro de São Paulo ficou pelo sonho. Tenho ideia de que os filhos, a certa altura, falaram em cotizar-se para oferecerem à minha sogra, entretanto viúva, essa viagem que a teria encantado fazer com o marido. Sem ele, foi-se o entusiasmo: houve uma insistência frouxa, depois deixaram cair o assunto.

Pela minha parte, é evidente que não tenho os mesmos gostos dos meus ex-sogros, e imaginava com uma mescla de divertimento e pânico as escalas de meio dia em Corinto ou Éfeso, o grupo de peregrinos a seguirem o guia, um jovem padre a agitar uma bandeirola e a encantar o rebanho com o seu humor. É um tema recorrente que tenho observado em lares católicos: o humor do sacerdote; as piadas de padres — arrepio-me só de pensar nisso. Num tal cenário, as possibilidades de encontrar uma rapariga bonita eram escassas — e mesmo na hipótese de isso acontecer, perguntava-me que efeito teria em mim uma rapariga bonita que se tinha inscrito voluntariamente num cruzeiro católico: seria eu perverso ao ponto de achar isso *sexy*? Dito isto, o meu projecto não era ir namorar, mas fazer dos participantes nesse cruzeiro uma amostragem de cristãos convictos e, durante dez dias, interrogá-los metodicamente. Devia fazer este tipo de investigação incógnito e fingindo partilhar a sua fé, como os jornalistas que se infiltram nos círculos neonazis, ou era melhor pôr as cartas na mesa? Não hesitei muito tempo. O primeiro método desagrada-me e o segundo, na minha opinião, dá sempre melhores resultados. Iria cingir-me à verdade: pois bem, sou um escritor agnóstico que procura saber em que acreditam, *ao certo*, os cristãos de hoje. Se quiser falar comigo, fico feliz, caso contrário, não o maço mais.

Conheço-me, sei que teria corrido bem. Ao longo dos dias, das refeições, das conversas, teria achado cativantes e comoventes, pessoas que *a priori* me eram bastante estranhas. Via-me, no meio de uma mesa cheia de católicos, a trabalhá-los delicadamente, pegando por exemplo no *Credo* frase a frase. «Creio em Deus, Pai todo-poderoso,

Criador do Céu e da Terra.» Crê, mas vê-o como? Como um barbudo em cima de uma nuvem? Como uma força superior? Como um ser em cuja escala nós seríamos o que as formigas são à nossa? Como um lago ou uma chama vivendo no seu coração? E Jesus Cristo, seu único filho, «de novo há-de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim»? Fale-me dessa glória, desse julgamento, desse reino. Para irmos ao nó da questão: acredita que ele *realmente* ressuscitou?

Era o ano de São Paulo: o clero, a bordo do paquete, iria estar no seu melhor. Monsenhor Vingt-Trois, arcebispo de Paris, contava-se entre os conferencistas previstos. Os peregrinos eram em grande número; muitos eram casais, e a maior parte das pessoas isoladas estava disposta a partilhar a cabina com um desconhecido do mesmo sexo — que era o que eu menos desejava. Com o requisito adicional de uma cabina individual, o cruzeiro não era barato: ficava perto dos dois mil euros. Paguei metade com uma antecedência de cerca de seis meses. Já quase não havia lugares vagos.

À medida que a data se aproximava, comecei a sentir-me desconfortável. Incomodava-me que pudesse ficar à vista, na pilha da correspondência, no móvel da entrada, um envelope com papel timbrado dos cruzeiros de São Paulo. A Hélène, que já me tinha na conta de, segundo expressão sua, «um bocado beato», via este projecto com perplexidade. Eu não falava disso a ninguém e percebi que, de facto, tinha uma certa vergonha.

O que me fazia envergonhar era a suspeita de que ia meter-me nisto mais ou menos para fazer troça, ou pelo menos movido pela curiosidade condescendente que ressalta das reportagens sobre espectáculos de anões, psiquiatras de porquinhos-da-índia ou concursos de sócias da Irmã Sorriso, a malograda freira belga que, de guitarra e hábito, cantava «Dominique-nique-nique» e que, após um breve momento de glória, pôs fim aos seus dias com álcool e barbitúricos. Aos 20 anos, fiz umas peças para um semanário que se pretendia moderno e provocador e que, na sua primeira edição, publicou uma reportagem intitulada «Les confessionnaires au banc d'essai» [Os confessionários

postos à prova]. Disfarçado de paroquiano, ou seja, o mais mal vestido possível, o jornalista foi armar uma cilada a padres de diversas paróquias parisienses, a quem confessava pecados cada vez mais fantasiosos. Relatava-o num tom divertido, deixando implícito como uma evidência que era mil vezes mais livre e inteligente do que os infelizes sacerdotes e seus fiéis. Mesmo naquela altura, achei aquilo cretino e chocante — tanto mais que o tipo que se atrevesse a fazer uma coisa dessas numa sinagoga ou numa mesquita teria imediatamente levantado um coro de protestos indignados, de todos os quadrantes ideológicos: os cristãos são os únicos com que parece que temos o direito de gozar impunemente, atraindo os folgazões para o nosso lado. Comecei a achar que, apesar dos meus protestos de boa-fé, este projecto de safari entre os beatos católicos era um pouco farinha desse saco.

Ainda ia a tempo de cancelar a minha inscrição e até de recuperar o sinal, mas não conseguia decidir-me. Quando chegou a carta a pedir para pagar a segunda prestação, deitei-a fora. Seguiram-se outros lembretes, que ignorei. Por fim, a agência telefonou-me e eu disse que tinha um impedimento e que não ia. A senhora da agência lembrou educadamente que deveria ter dito isso antes, porque a um mês da partida ninguém iria ocupar a minha cabina: mesmo não indo, tinha de pagar por inteiro. Irritei-me, disse que metade do pagamento já era muito para um cruzeiro que eu não ia fazer. Ela citou-me o contrato, que não deixava dúvidas. Desliguei. Durante uns dias, pensei fingir que não existia. Devia haver uma lista de espera, um piedoso celibatário que ficaria radiante por ocupar a minha cabina e, de qualquer modo, eles não me iriam processar. E daí, talvez fossem: a agência tinha certamente um serviço de contencioso, iriam mandar-me cartas registadas umas atrás das outras e, se eu não pagasse, acabaria no tribunal cível. De repente, tive uma visão paranóica em que, mesmo não sendo eu muito conhecido, aquilo se podia tornar assunto para um mal-intencionado artiguinho de jornal e o meu nome acabaria associado a um ridículo caso de fuga ao pagamento num cruzeiro para beatos. Para ser honesto, o que não é necessariamente menos ridículo, diria que, misturado com esse medo de ser apanhado com a boca na botija, havia a consciência de ter projectado algo que me parecia cada vez mais uma má acção, e que

era justo pagar por isso. Não esperei, pois, pela primeira carta registada para enviar o segundo cheque.

4

Às voltas com este livro, apercebi-me de que é muito difícil pôr as pessoas a falar sobre a sua fé e que a pergunta «em que acredita, *realmente?*» não surte efeito. Além disso, levou-me um tempo surpreendente, mas acabei por reconhecer que era absurdo pôr-me à procura de cristãos para interrogar, como faria a pessoas que tivessem estado reféns, sido atingidas por um raio ou fossem únicos sobreviventes de um desastre de avião. Porque tinha tido um cristão mesmo à mão durante vários anos, o mais próximo que era possível, eu próprio.

Em poucas palavras: no Outono de 1990, fui... «tocado pela graça», e é dizer pouco que hoje me incomoda formular assim as coisas, mas era como as via na altura. O fervor resultante dessa «conversão» — apetece-me pôr aspas em toda a parte — durou quase três anos, durante os quais me casei pela igreja, baptizei os meus dois filhos, ia à missa regularmente — e por «regularmente» estou a referir-me não a semanalmente, mas a todos os dias. Confessava-me e comungava. Rezava e incitava os meus filhos a rezarem comigo — facto que eles, já crescidos, gostam de me recordar com malícia.

Durante esses anos, comentei diariamente alguns versículos do Evangelho segundo São João. Esses comentários ocupam cerca de vinte cadernos, que não voltei a abrir. Não tenho muito boas lembranças dessa época, fiz um esforço para a esquecer. Milagre do inconsciente: fui tão bem-sucedido nisso, que consegui começar a escrever sobre as origens do cristianismo sem estabelecer qualquer associação. Sem me lembrar de que houve um momento da minha vida em que *acreditei* nesta história que hoje tanto me interessa.

Agora sim, já me lembro. E apesar de isso me assustar, sei que chegou a hora de reler esses cadernos.

Mas onde estarão?

A última vez que os vi foi em 2005, e eu estava a passar mal, muito mal. Foi, até à data, a última das grandes crises por que passei e uma das mais agudas. Por comodidade, podemos chamar-lhe depressão, mas não acho que tenha sido isso. O psiquiatra que me acompanhou na altura também não achou, nem que os antidepressivos me pudessem ajudar. Tinha razão, e os vários que tentei só provocaram efeitos secundários indesejáveis. O único tratamento que me dava algum alívio era um medicamento para psicóticos que, segundo o folheto, remediava «crenças erróneas». Poucas coisas me faziam rir, naquela época, mas aquelas «crenças erróneas» sim, ainda que não fosse um riso muito alegre.

Em *Outras Vidas Que não a Minha*, contei a visita que fiz ao velho psicanalista François Roustang, mas só relatei o final. Agora, vou contar o começo — aquela sessão única foi intensa. Despejei-lhe o meu caso: a dor incessante na boca do estômago, que comparei à raposa que devorava as entranhas do pequeno espartano dos contos e lendas da Grécia Antiga; o sentimento, ou melhor, a certeza de estar em xeque-mate, de ser incapaz de amar ou de trabalhar, de me limitar a espalhar o mal em meu redor. Disse que pensava em suicídio e, apesar disso, estava ali com Roustang, na esperança de que ele me propusesse outra solução. Como, para minha surpresa, ele não parecia disposto a propor-me nada, perguntei-lhe se aceitava, como última oportunidade, fazer-me psicanálise. Já tinha passado dez anos nos divãs de dois colegas seus, sem resultados assinaláveis — pelo menos assim pensava naquele momento. Roustang respondeu que não, que não me faria psicanálise. Primeiro porque estava muito velho, depois porque na sua opinião a única coisa que me interessava na psicanálise era pôr o analista em xeque, eu era obviamente mestre nessa arte e, se eu queria demonstrar pela terceira vez a minha mestria, não me impediria; mas, acrescentou:

— Não comigo; e, se fosse a si, procurava outra coisa.

— O quê? — perguntei, com a superioridade do incurável.

— Bem — respondeu Roustang — falou sobre suicídio. Não está lá muito bem cotado nos dias de hoje, mas às vezes é uma solução.

Dito isto, ficou calado. Eu também. Depois voltou a falar:

— Ou então, pode viver.

Com essas poucas frases, destruí o sistema que me permitira bandarilhar os meus dois psicanalistas anteriores. Era audacioso da parte dele, o tipo de audácia que Lacan devia permitir-se, com base em semelhante clarividência clínica. Roustang percebeu que, ao contrário do que eu pensava, não me ia suicidar e, pouco a pouco, sem o ter voltado a ver, as coisas começaram a melhorar. No entanto, voltei para casa com a mesma disposição com que tinha saído, isto é, não realmente decidido a cometer suicídio, mas convencido de que acabaria por fazê-lo. No tecto, mesmo por cima da cama em que permanecia prostrado o dia todo, havia um gancho cuja resistência testei, de pé numa banqueteta. Escrevi uma carta à Hélène, outra aos meus filhos e uma terceira aos meus pais. Arrumei o computador, apaguei sem hesitação ficheiros que não queria que fossem encontrados depois da minha morte. Hesitei, no entanto, diante de uma caixa de cartão que me acompanhava há várias mudanças de casa, sem a ter voltado a abrir. Era aí que tinha guardado os cadernos do meu período cristão: aqueles em que escrevia todas as manhãs os meus comentários sobre o Evangelho segundo São João.

Sempre pensei que um dia os voltaria a ler e talvez conseguisse aproveitar dali alguma coisa. Afinal, não é frequente ter documentos em primeira mão sobre um período da vida em que era totalmente diferente da pessoa em que me tornei, quando acreditava convictamente em coisas que agora acho aberrantes. Por um lado, não tinha vontade nenhuma de permitir o acesso a esses documentos, se morresse. Por outro, se não me suicidasse, iria certamente arrepende-me por tê-los destruído.

Milagres do inconsciente, continuação: não me lembro do que fiz. Quer dizer, lembro: andei mais alguns meses a arrastar a minha depressão, depois pus-me a escrever o que veio a ser *Um romance russo*, e isso tirou-me da fossa. Mas quanto à caixa de cartão, a última imagem que guardo dela é tê-la à minha frente, no tapete do escritório, sem a abrir e a perguntar-me o que fazer com ela.

Sete anos depois, estou no mesmo escritório, no mesmo apartamento, e pergunto-me o que lhe fiz. Se a tivesse destruído, acho que me lembrava. Sobretudo se a tivesse destruído teatralmente, pelo fogo; mas podia ter agido de forma mais prosaica e posto a caixa no lixo. E se

fiquei com ela, onde a meti? Num cofre no banco, seria como com o fogo: lembrar-me-ia. Não, deve ter ficado no apartamento, e se ficou no apartamento...

Sinto-me a arder.

6

Abrindo para o meu escritório, há um armário de parede onde arrumamos malas de viagem, equipamento de bricolagem, colchões de espuma que servem quando as amigas da nossa filha Jeanne ficam para dormir: coisas de que precisamos frequentemente. Mas é como no livro infantil *Une histoire sombre, très sombre*, em que no castelo escuro, muito escuro, há um corredor escuro, muito escuro, que leva a um quarto escuro, muito escuro, mobilado com um armário escuro, muito escuro, e assim por diante: na parte inferior desse armário, há outro, mais pequeno, mais baixo, sem iluminação, obviamente de mais difícil acesso, onde guardamos coisas que nunca usamos e que permanecerão ali, praticamente fora do alcance, até que uma nova mudança nos obrigue a decidir o seu destino. No essencial, é o sortido habitual em todas as arrecadações: velhos tapetes enrolados, equipamento de alta fidelidade fora de uso, mala de cassetes de áudio, sacos de lixo cheios de quimonos, manoplas e luvas de boxe, testemunhos das paixões sucessivas que eu e os meus dois filhos dedicámos às artes marciais. Uma boa metade do espaço, no entanto, está ocupada por algo menos habitual: o arquivo do processo de instrução de Jean-Claude Romand, que, em Janeiro de 1993, matou a mulher, os filhos e os pais, depois de ter, durante mais de quinze anos, fingido ser médico, quando na realidade não fazia nada: passava os dias dentro do carro, em áreas de descanso das auto-estradas, ou a caminhar pelas escuras florestas do Jura.

A palavra «arquivo» é enganadora. Não se trata de *uma* pasta de arquivo, mas de umas quinze, cartonadas e cintadas, todas muito grossas e contendo documentos que variam de extensos interrogatórios a relatórios de peritos, passando por quilómetros de extractos bancários.

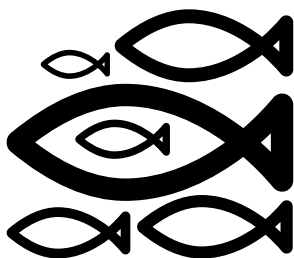
Todas as pessoas que escreveram sobre casos de polícia tiveram, como eu, a intuição de que essas dezenas de milhares de folhas contam uma história, e que é necessário extraí-la tal como um escultor extrai uma estátua de um bloco de mármore. Durante os anos difíceis que passei a documentar-me e depois a escrever sobre esse caso, este arquivo foi para mim um objecto de cobiça. Até o julgamento ter terminado, está em princípio inacessível ao público; não o pude, pois, consultar, a não ser por especial favor do advogado de Romand, no seu escritório de Lyon. Deixava-me uma hora ou duas com ele, numa pequena sala sem janelas. Podia tomar notas, mas não fazer fotocópias. Aconteceu ir de Paris especificamente para isso e o advogado dizer-me: «Não, hoje não vai ser possível, e amanhã também não; é melhor voltar daqui a quinze dias.» Acho que lhe dava prazer pôr-me em sentido.

Após o julgamento, findo o qual Jean-Claude Romand foi condenado a prisão perpétua, foi mais simples: o condenado tornou-se, como é regra, proprietário do seu arquivo e autorizou-me a utilizá-lo como quisesse. Não o podendo manter em detenção consigo, confiou-o a uma visitante católica das prisões, que se tornou sua amiga. Foi em casa dela, perto de Lyon, que fui buscá-lo. Enchi o porta-bagagens do carro com essas caixas e, em Paris, armazenei-as no estúdio onde trabalhava naquela época, na Rue du Temple. Cinco anos depois, publiquei *O Adversário*, sobre o caso Romand*. A visitante de prisões telefonou-me a dizer que apreciou a honestidade, mas que havia um pormenor que lhe tinha custado: é quando digo que ela parecia aliviada por me passar aquela macabra batata quente e por, em vez de a ter em casa dela, passá-la agora para a minha.

— Não me incomodava nada guardar o processo. Se a ti te está a incomodar, só tens de mo trazer de volta. Temos muito espaço cá em casa.

Pensei fazê-lo na primeira oportunidade, que não surgiu. Estava sem carro, não tinha nenhuma razão especial para ir a Lyon, nunca deu jeito; de modo que, em 2000, transferei da Rue du Temple para a Rue Blanche e depois, em 2005, da Rue Blanche para a Rue des Petits-Hôtels, os três enormes caixotes onde tinha guardado as pastas de

* Publicado pela Tinta-da-china em 2019 (trad. Ana Cardoso Pires).



o reino

*foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Guide, Artes Gráficas,
sobre papel Coral Book de 80 g,
no mês de Março
de 2021.*